

Ofício 78/2025

São Paulo, 23 de julho de 2025

Ao

Excelentíssimo Senhor

Dr. Luiz Carlos Zamarco

Secretário Municipal de Saúde de São Paulo

Assunto: Solicitação de intervenção diante do risco de demissão de médicos de família e comunidade e seus impactos sobre a Atenção Primária à Saúde do município.

A Associação Paulista de Medicina de Família e Comunidade (APMFC), entidade representativa da especialidade Medicina de Família e Comunidade (MFC) no estado de São Paulo, manifesta profunda preocupação diante do cenário atual, em que médicos de família e comunidade, atuantes em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de São Paulo, vêm sendo ameaçados de demissão. Estimamos que, especificamente na Zona Oeste, 63 profissionais encontram-se sob risco iminente de desligamento.

Muitos destes profissionais têm uma longa trajetória no território. Realizamos uma pesquisa breve com 32 deles e calculamos uma média de mais de 30 meses na mesma equipe e mais de 40 meses no território do Butantã, sendo algumas experiências de até 8 anos, média muito superior aos 11 meses da cidade de São Paulo.

Parte significativa desses são especialistas em Medicina de Família e Comunidade e é responsável direta ou indiretamente pela supervisão *in loco* de residentes da especialidade e da graduação de medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Trata-se da base do pólo formador de MFC reconhecido nacionalmente, entregando profissionais qualificados para assistência e gestão da cidade e do país. Seu desligamento compromete não apenas o cuidado longitudinal da população adscrita, mas também fragiliza a residência médica, a formação de recursos humanos e o desenvolvimento da especialidade.

Ressaltamos que a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), instituída pela Portaria GM/MS Nº 2.436/2017, reconhece a Estratégia Saúde da Família como modelo prioritário para a organização da Atenção Primária à Saúde (APS). A própria PNAB prevê a importância da composição de equipes estáveis e qualificadas, bem como a valorização da educação permanente como eixo estruturante para o fortalecimento da APS.

Reconhecemos que o desafio financeiro que se apresenta nesta conjuntura é preocupante, assim como a perda de profissionais experientes, pois comprometem gravemente a continuidade da assistência, a construção de vínculo com os usuários e os processos formativos que qualificam o SUS. As demissões iriam na contração das diretrizes nacionais e os princípios do SUS, que defendem uma APS resolutiva, longitudinal e orientada ao cuidado centrado nas pessoas.

Assim, a APMFC solicita à Secretaria Municipal de Saúde:

1. Suspensão das demissões ou ameaças de desligamento dos médicos de família e comunidade;
2. Disponibilidade para reunião conjunta entre a SMS-SP, SBMFC/APMFC e SAPS/MS, com vistas ao diálogo e articulação entre as entidades envolvidas visando a construção de alternativas que preservem esses profissionais estratégicos para a rede;
3. Adoção de estratégias que reconheçam e valorizem a educação permanente e os pólos formadores como componentes essenciais da política municipal de Atenção Primária no município;
4. Estímulo a condições de trabalho dignas e estáveis, reforçando o papel estratégico da APS e contribuindo para a qualificação do cuidado prestado à população paulistana.

Frisamos nosso compromisso em colaborar tecnicamente para a construção de soluções sustentáveis e éticas, e colocamo-nos à disposição para diálogos e esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Guilherme Antoniacomi Pereira

Presidente

Associação Paulista de Medicina de Família e Comunidade (APMFC)



Fabiano Gonçalves Guimarães

Presidente

Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC)